

Brasileira é escolhida juíza para tribunal internacional na Holanda

Escolha seria reconhecimento por atuação do Brasil na criação do TPI

Cristina Azevedo

• Entre os 18 juízes que tomarão posse em 11 de março no Tribunal Penal Internacional (TPI), na Holanda, está uma brasileira: a desembargadora federal Sylvia Helena de Figueiredo Steiner. Dos 18 magistrados, 14 foram escolhidos nesta semana, e os outros quatro devem ser anunciados até terça-feira.

A escolha da brasileira, no entanto, não chega a ser uma surpresa. Desde a Conferência de Roma, em 1998, o Brasil tem participado ativamente da criação do TPI — uma corte permanente que julgará genocídios e crimes de guerra e contra a Humanidade. A desembargadora federal, por sua vez, construiu uma carreira fortemente voltada para o direito internacional e a defesa dos direitos humanos. Além de participar da Associação de Juízes pela Democracia e da Comissão de Justiça e Paz

de São Paulo, ela acompanhou casos como o do massacre na Casa de Detenção do Carandiru, em 1991, quando participou do Conselho Penitenciário de São Paulo.

— Cada vez se torna mais necessário um tribunal como o TPI. Temos conflitos internacionais e internos em vários pontos do mundo. O fato de as pessoas saberem que a prática de determinadas condutas será julgada, pode servir como desestímulo. Principalmente quanto a excessos. Não estou dizendo que os países não travarão guerras, mas, pelo menos, talvez não haja condutas criminosas como as que costumam acontecer em situações de conflito — acredita a brasileira.

Tribunal terá forte participação de mulheres

Nascida em São Paulo e divorciada, Sylvia Steiner espera que seu mandato seja anunciado pa-

ra pedir o afastamento da função de desembargadora federal da terceira região e preparar a viagem para Haia, onde ficará a corte. Serão sorteados mandatos de três, seis e nove anos.

Ontem foram anunciados mais três juízes: Adrian Fulford, da Grã-Bretanha, Anita Usacka, da Letônia, e Hans-Peter Kaul, da Alemanha. Até o momento, a corte tem sete homens e sete mulheres.

— O Estatuto de Roma prevê uma representação equilibrada de homens e mulheres. É lógico que a gente gostaria que chegasse à metade, mas mesmo não aumentando, o número de seis mulheres já é expressivo — disse a juíza antes de saber da eleição de Anita Usacka.

O tribunal será a primeira corte internacional permanente. Antes, cortes eram criadas para casos específicos, como o Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia. ■